

A Constituição e seu futuro

30 AGO 1988 *Haroldo Holanda*

JORNAL DE BRASÍLIA

8801 09V 0E

ANC
82

O senador Ronan Tito, líder do PMDB e identificado com seu partido em várias de suas posições de centro-esquerda, não se cansa de repetir, em conversa com seus amigos, que a melhor emenda aprovada pela Constituinte é de sua autoria, pois permite que dentro de cinco anos haja uma revisão da Carta Constitucional que em breve será promulgada. Os amigos de Ulysses Guimarães acham que a futura Constituição pode ser e não ser a porta-bandeira de sua candidatura à sucessão presidencial. Tudo irá depender de como se fará na prática a adequação do País real às inovações contidas pela nova Constituição no campo político, econômico e social. Se a nova Constituição tiver boa receptividade, Ulysses nela montará para se impor como forte candidato à sucessão do presidente Sarney. Mas se a nova Constituição receber ampla reprovção na prática, Ulysses podlerá ser por ela responsabilizado, frustrando assim todos

seus planos políticos futuros.

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, diz não ter dúvidas de que o sucessor do presidente Sarney assumirá o poder pedindo uma revisão constitucional, que ocorreria, segundo seu julgamento, antes dos cinco anos autorizados pela emenda da autoria do senador Ronan Tito. Outros, porém respaldados em nossa experiência, acham que a nova Constituição, como toda lei brasileira, terá de se adaptar à realidade nacional. O que for aplicável terá vigência imediata, mas o que vier a constituir sonho romântico do constituinte será posto de lado. A exemplo das leis que pegam e das que não pegam, tão florescentes em nosso meio.

Ainda ontem, numa reunião com suas lideranças políticas, o presidente Sarney chegou à conclusão de que ele, tendo pouco mais de um ano de mandato pela frente, ainda terá condições de suportar os novos ônus financeiros criados pela Constituinte, especialmente

no campo da previdência social. Mas duvida que o mesmo possam dizer seus sucessores. As próprias lideranças políticas governamentais reconheciam ontem sua total incapacidade para promover qualquer modificação substancial nas votações restantes da Constituinte. No entanto, o setor rural, o mais conservador de todos, deu ontem mais uma demonstração de sua força política, ao fazer com que a Constituinte impedisse a aprovação de sua força política, ao fazer com que a Constituinte impedisse a aprovação de emendas que viabilizariam a reforma agrária em terras produtivas.

Até o final desta semana a Constituinte terá encerrado suas votações, acreditando o relator Bernardo Cabral que na segunda quinzena de setembro se possa promulgar a nova Constituição. A partir daí a nova Constituição ganha autonomia e vida próprias, cabendo ao País adaptar-se às suas exigências.

JORNAL DE BRASÍLIA